

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

INFORMAÇÃO E GOVERNANÇA
NO SUAS



Foto: MDS

Informação, Gestão e Proteção Social no Território

Por: Patricia Soares

Esta edição do Boletim Informativo da Vigilância Socioassistencial de Londrina apresenta a informação como elemento orientador da gestão da política de assistência social no município. O boletim destaca o prontuário eletrônico como instrumento de registro e qualificação das informações produzidas no cotidiano da rede socioassistencial, articulando-o ao Censo SUAS, à elaboração do Diagnóstico Socioterritorial 2025 e à participação da Assistência Social na construção do Perfil de Londrina.

A publicação também apresenta análises sobre os atendimentos realizados nos CRAS entre 2021 e 2025, evidenciando mudanças no comportamento da demanda socioassistencial, sua distribuição territorial e a concessão de benefícios eventuais. O boletim registra ainda a nova gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social, o processo de construção coletiva do diagnóstico socioterritorial e a avaliação do Plano Municipal de Assistência Social 2022–2025 pelo CMAS, reafirmando o compromisso com a produção de informação qualificada, a transparência e o fortalecimento do SUAS no território.

Nesta Edição

Prontuário eletrônico

Censo SUAS e produção
do conhecimento

Diagnóstico Socioterritorial

Análise dos Atendimentos
Cras

Benefícios Eventuais

Governança e
Planejamento

Identidade da Vigilância

Informação e Garantia de Direitos

O prontuário eletrônico no Sistema Único de Assistência Social constitui instrumento técnico, ético e obrigatório para o registro do trabalho social desenvolvido junto às famílias e indivíduos usuários da política de assistência social. As normativas nacionais publicadas em 2025 reforçam seu caráter estruturante, reconhecendo o prontuário como direito do usuário e elemento essencial à continuidade do acompanhamento e à proteção social.

A Resolução CIT nº 29/2025 pactua diretrizes nacionais para o Prontuário Eletrônico do SUAS, estabelecendo princípios como finalidade, segurança da informação, acesso por perfil profissional e responsabilidade institucional pela guarda dos dados. Na sequência, a Resolução CNAS nº 220/2025 normatiza essas diretrizes, reafirmando que o atendimento não pode ser condicionado à existência de registro prévio e que o tratamento das informações deve observar a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

No Município de Londrina, o IRSAS – Sistema de Informatização da Rede de Serviços Socioassistenciais – instituído por decreto municipal, cumpre a função de prontuário eletrônico, permitindo registro histórico de atendimentos, integração entre serviços e produção de dados territorializados.

Mais do que uma ferramenta administrativa, o prontuário eletrônico constitui instrumento estruturante da política de assistência social, assegurando a continuidade do cuidado e a organização qualificada das informações referentes às famílias e indivíduos acompanhados no SUAS. Por meio do registro sistemático das demandas, intervenções e encaminhamentos realizados, o prontuário permite a rastreabilidade das ações desenvolvidas pelas equipes, evitando fragmentações no atendimento e fortalecendo a integralidade da proteção social.

Ao qualificar o acompanhamento familiar, o prontuário eletrônico contribui para intervenções mais consistentes, fundamentadas e alinhadas às necessidades reais do território. Além disso, sua utilização possibilita a produção de informações estratégicas para a Vigilância Socioassistencial, subsidiando diagnósticos, planejamento, monitoramento e avaliação das ofertas socioassistenciais.

Ao reconhecer o prontuário como direito do usuário, o SUAS reafirma seu compromisso com a dignidade da pessoa atendida, com a ética profissional no tratamento das informações e com a consolidação de uma gestão pública orientada por evidências, transparência e responsabilidade institucional.

Palavras da Vigilância

REGISTRAR É UM ATO TÉCNICO E ÉTICO

O preenchimento do prontuário no SUAS não constitui mera formalidade administrativa, mas responsabilidade profissional diretamente vinculada à garantia de direitos, à continuidade do cuidado e à proteção social qualificada. Cada informação registrada deve observar finalidade, precisão, sigilo e respeito à dignidade do usuário, em consonância com as normativas do SUAS e com a Lei Geral de Proteção de Dados. O prontuário materializa o trabalho social realizado, assegura rastreabilidade das intervenções e sustenta a produção de informações para a Vigilância Socioassistencial. Registrar com responsabilidade é fortalecer a política pública e proteger trajetórias de vida.

Diagnóstico e Produção do Conhecimento

A produção de informação no âmbito da política de assistência social ultrapassa o registro individual realizado no prontuário eletrônico. Ela integra um sistema articulado de instrumentos técnicos que sustentam o planejamento público, a definição de prioridades, a organização territorial da rede e a avaliação das ofertas socioassistenciais. Nesse contexto, a informação deixa de ser mero dado administrativo e passa a constituir elemento estruturante da governança do SUAS.

Entre esses instrumentos, o Censo SUAS ocupa papel estratégico. Realizado anualmente pelo Governo Federal, o Censo consolida informações sobre estrutura física dos equipamentos, composição das equipes, vínculos de trabalho, volume de atendimentos, serviços ofertados e capacidade instalada da rede socioassistencial. Neste momento, o Censo SUAS encontra-se em execução no Município de Londrina, sendo coordenado pela Gerência de Gestão da Informação, em parceria com os responsáveis técnicos das unidades de serviços socioassistenciais. Esse trabalho colaborativo assegura maior precisão no preenchimento das informações, fortalece o diálogo entre gestão e serviços e reafirma o compromisso institucional com a transparência e a fidedignidade dos dados.

O preenchimento qualificado do Censo não se limita ao cumprimento de obrigação administrativa: ele garante comparabilidade nacional, permite análises evolutivas ao longo do tempo e oferece subsídios concretos para avaliação da estrutura e da capacidade instalada do município. Ao registrar com precisão a realidade local, Londrina contribui para o retrato nacional do SUAS e, simultaneamente, obtém parâmetros para qualificar sua própria organização e cobertura. Se o Censo SUAS revela a dimensão estrutural da política, o Diagnóstico Socioterritorial 2025 aprofunda a leitura sobre a dinâmica das vulnerabilidades e das demandas no território. Sua elaboração representa etapa estratégica para atualização da análise sobre riscos sociais, desproteções e cobertura da rede no município.



Foto: MDS.

A elaboração do Diagnóstico Socioterritorial 2025 será conduzida por meio de um grupo de trabalho técnico-profissional, composto por representantes da Proteção Social Básica, da Proteção Social Especial e da Gerência de Gestão da Informação. Essa configuração metodológica reforça o caráter interdisciplinar da análise e promove a integração entre diferentes níveis de atuação da política socioassistencial. Ao reunir profissionais que vivenciam cotidianamente as demandas dos usuários com aqueles responsáveis pela sistematização e interpretação dos dados, o processo de construção do diagnóstico fortalece a articulação entre informação e prática profissional. A participação de trabalhadores da ponta assegura que a leitura das bases de dados dialogue com a realidade concreta dos territórios, qualificando a interpretação das evidências e reduzindo possíveis distanciamentos entre análise técnica e experiência vivida nos serviços.

O Diagnóstico Socioterritorial 2025 será fundamentado na integração de múltiplas bases de dados. Entre as fontes locais e municipais destacam-se o IRSAS, enquanto prontuário eletrônico municipal, e registros administrativos da rede socioassistencial.

No âmbito nacional, serão consideradas informações do Cadastro Único para Programas Sociais, do Censo SUAS, dados demográficos e socioeconômicos do IBGE, além de outras bases intersetoriais relacionadas à saúde, educação, habitação e trabalho. Essa articulação possibilita uma leitura ampliada, capaz de relacionar perfil das famílias atendidas, condições socioeconômicas, acesso a benefícios, dinâmica demográfica e distribuição territorial das vulnerabilidades.

A leitura territorializada permite identificar concentrações de risco, padrões de demanda, lacunas de cobertura e potenciais sobreposições de oferta. Permite, ainda, compreender como diferentes dimensões da questão social se acumulam em determinados territórios, exigindo respostas intersetoriais e estratégias específicas de intervenção. O diagnóstico, portanto, transforma dados dispersos em interpretação qualificada da realidade social, constituindo base indispensável para o próximo ciclo de planejamento da política municipal de assistência social.

Paralelamente à produção do diagnóstico, a Secretaria Municipal de Assistência Social participa da elaboração anual do Perfil de Londrina, publicação coordenada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia, por meio da Gerência de Pesquisas e Informações. O Perfil sistematiza dados socioeconômicos do município, apresentando séries históricas, indicadores setoriais e análises comparativas que subsidiam políticas públicas, estudos acadêmicos e estratégias de gestão.

A presença qualificada da Assistência Social nesse documento fortalece a visibilidade da política no conjunto da gestão municipal, amplia a integração intersetorial e assegura que indicadores de vulnerabilidade e proteção social componham a leitura global da cidade. Ao integrar dados do SUAS ao planejamento mais amplo do município, consolida-se o alinhamento entre planejamento social e planejamento urbano, favorecendo a construção de cenários e análises conjunturais consistentes.

Assim, prontuário eletrônico, Censo SUAS, Diagnóstico Socioterritorial e Perfil de Londrina não constituem instrumentos isolados.



Foto: Gerência de Gestão da Informação Março/2026

A Eles compõem um mesmo eixo estruturante de produção de conhecimento para decisão pública responsável. O prontuário registra o acompanhamento individual e familiar; o Censo SUAS mapeia a estrutura e a capacidade instalada; o Diagnóstico interpreta as vulnerabilidades e territorializa as demandas; o Perfil integra essas informações ao planejamento municipal mais amplo.

A articulação desses instrumentos fortalece a Vigilância Socioassistencial como função estratégica do SUAS. Produzir diagnóstico não é apenas descrever a realidade, mas assumir responsabilidade sobre a leitura que se faz dela e sobre as decisões que dela decorrem. Ao integrar diferentes bases de dados, garantir rigor técnico e ampliar a participação profissional na construção das análises, o Município de Londrina reafirma seu compromisso com uma política de assistência social orientada por evidências, ética pública e responsabilidade institucional.

A partir das informações produzidas pelos sistemas de registro e monitoramento da política de assistência social, torna-se possível avançar da dimensão conceitual para a análise empírica da realidade territorial. Nesse sentido, apresentam-se a seguir dados relativos aos atendimentos realizados pelas unidades de CRAS no município de Londrina entre os anos de 2021 e 2025, permitindo observar a evolução da demanda socioassistencial, sua distribuição nos territórios e alguns indicadores relacionados à concessão de benefícios eventuais.

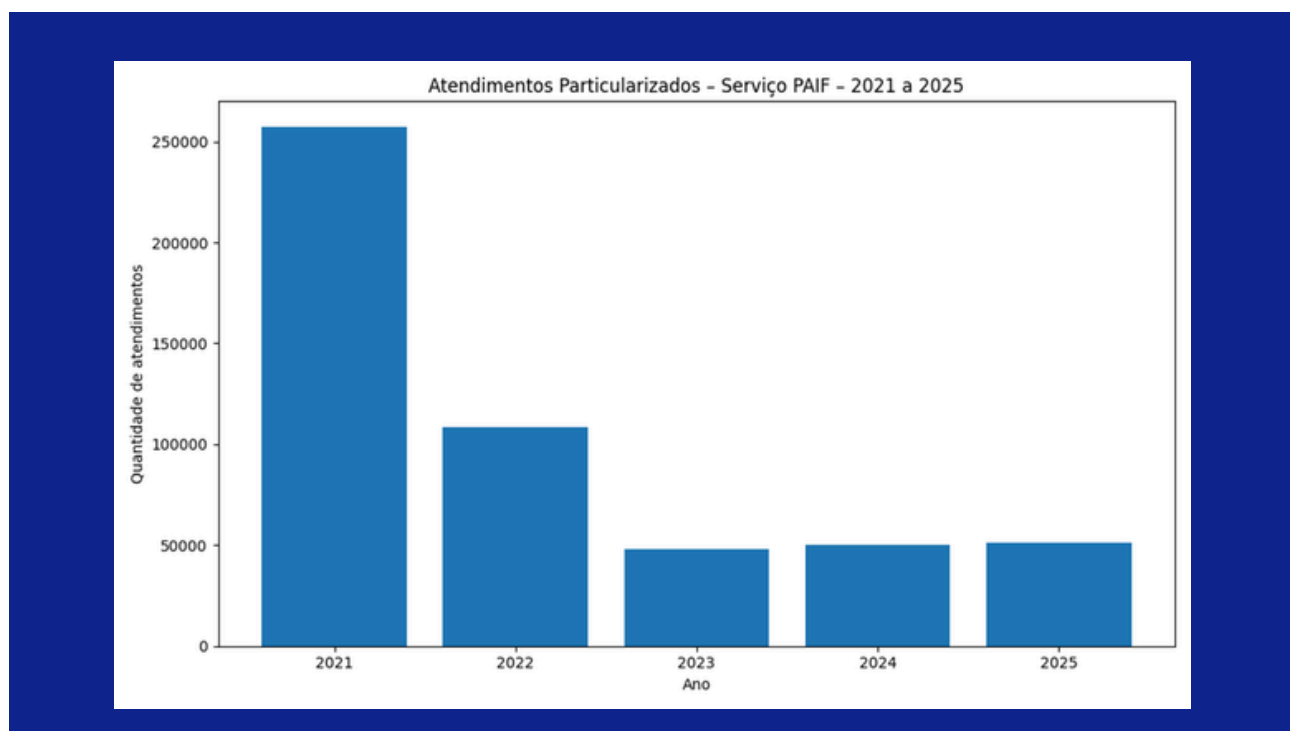


Atendimentos CRAS 2021-2025

A análise dos atendimentos particularizados realizados pelas unidades de CRAS no município de Londrina entre os anos de 2021 e 2025 permite observar mudanças importantes no comportamento da demanda por serviços socioassistenciais, especialmente quando considerados os reflexos do período pandêmico e o processo gradual de reorganização e retomada das atividades presenciais da rede de proteção social. Na perspectiva da Vigilância Socioassistencial, a observação sistemática de séries históricas de atendimentos constitui instrumento fundamental para compreender as dinâmicas de vulnerabilidade presentes nos territórios e identificar variações no volume e no padrão de acesso da população aos serviços socioassistenciais. Essa função está diretamente vinculada à produção, sistematização e análise de informações sobre o tipo, o volume e a distribuição territorial da oferta e da demanda por serviços da rede socioassistencial, permitindo que gestores e profissionais conheçam de forma mais precisa as situações de vulnerabilidade social e orientem o planejamento das ações da política pública.

Nesse sentido, a análise dos atendimentos ao longo do tempo não se restringe à descrição quantitativa da produção dos serviços, mas constitui um mecanismo estratégico de monitoramento e avaliação da política de assistência social, contribuindo para a identificação de tendências, a antecipação de demandas emergentes e o aprimoramento das respostas institucionais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social. Ao revelar padrões de procura pelos serviços e suas variações em diferentes períodos, essa leitura permite relacionar os dados administrativos produzidos pelas unidades socioassistenciais com processos sociais mais amplos, como crises econômicas, mudanças demográficas ou situações de emergência sanitária, qualificando o processo de gestão e fortalecendo o caráter preventivo e proativo da proteção social.

Para melhor visualização da evolução do volume de atendimentos particularizados realizados no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) nas unidades de CRAS do município, apresenta-se a seguir a série histórica consolidada de atendimentos no período de 2021 a 2025.



Fonte: RMA

Variação do volume de atendimentos



Conforme evidenciado na série histórica apresentada, observa-se uma variação significativa no volume de atendimentos ao longo do período analisado, com destaque para o expressivo pico registrado no ano de 2021, seguido por uma redução acentuada nos anos subsequentes e posterior estabilização da demanda a partir de 2024. A interpretação desses dados exige a consideração do contexto social e sanitário vivenciado no período, especialmente os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre as condições de vida da população e sobre a dinâmica de acesso aos serviços socioassistenciais.

No ano de 2021, ainda sob forte influência da pandemia de COVID-19 e de seus efeitos socioeconômicos sobre a população brasileira, registrou-se o maior volume de atendimentos particularizados no período analisado, totalizando 257.125 atendimentos realizados no conjunto das unidades de CRAS do município de Londrina. Esse quantitativo ganha maior expressividade quando analisado à luz dos dados demográficos do município. De acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Londrina possuía aproximadamente 575 mil habitantes em 2021, número posteriormente consolidado pelo Censo Demográfico de 2022 em 555.965 habitantes.

Considerando esses parâmetros populacionais, o volume de atendimentos realizados naquele ano corresponde a aproximadamente 45% da população municipal, o que evidencia a magnitude da demanda por proteção social básica registrada naquele período. Esse dado não significa necessariamente que metade da população tenha sido atendida diretamente, uma vez que um mesmo usuário pode acessar o serviço mais de uma vez ao longo do ano, mas indica, de forma contundente, o grau de mobilização da rede socioassistencial diante de um contexto de crise sanitária e social sem precedentes nas últimas décadas.

Esse elevado volume de atendimentos reflete o agravamento das vulnerabilidades sociais e econômicas experimentadas durante o período pandêmico, marcado por intensos impactos no mercado de trabalho, aumento do desemprego, informalidade e redução da renda das famílias.

Figura 1: Demandas da Proteção Social Básica - Série Histórica



Fonte: Sistema IRSAS / SMAS Londrina. Elaboração: Gerência de Gestão da Informação – Vigilância Socioassistencial (Imagem ilustrativa produzida com apoio de inteligência artificial)



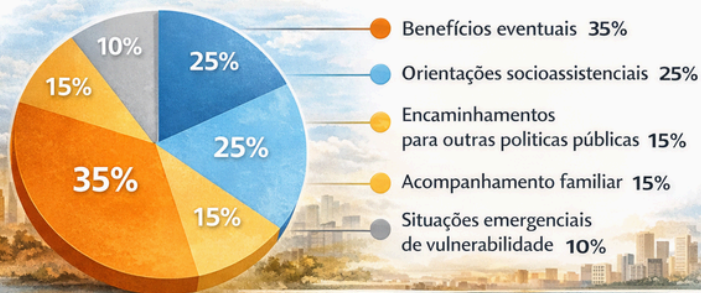
Variação do volume de atendimentos

A pandemia produziu efeitos diretos sobre as condições de vida da população, ampliando a insegurança alimentar, as dificuldades de acesso a bens e serviços essenciais e a necessidade de apoio institucional por parte das políticas públicas de proteção social. Nesse cenário, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), enquanto porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no território, assumiram papel central na mediação entre as famílias e os mecanismos de proteção socioassistencial disponíveis, especialmente no que se refere ao acesso a benefícios eventuais, encaminhamentos para outras políticas públicas e acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade. Assim, os dados de 2021 evidenciam não apenas o aumento da procura pelos serviços, mas também a relevância estratégica da rede de proteção social básica na mitigação dos efeitos sociais da crise sanitária, reafirmando a assistência social como política pública essencial na garantia de condições mínimas de proteção e dignidade para a população. Nos anos subsequentes observa-se uma inflexão importante no comportamento da demanda registrada nos CRAS do município.

A partir de 2022 verifica-se uma redução expressiva no volume de atendimentos particularizados, quando o total anual passa para 108.497 registros, movimento que se intensifica em 2023, ano em que são contabilizados 47.890 atendimentos. Essa redução não deve ser interpretada exclusivamente como diminuição das vulnerabilidades sociais, mas também como resultado do processo de reorganização institucional dos serviços socioassistenciais no período pós-pandêmico. Durante a pandemia, os CRAS assumiram papel ampliado na resposta emergencial às necessidades da população, com aumento significativo da procura por atendimentos relacionados ao acesso a benefícios, orientações e encaminhamentos. Com a progressiva superação do período mais crítico da crise sanitária e a retomada gradual das dinâmicas econômicas e sociais, observa-se um processo de normalização dos fluxos de atendimento, caracterizado pela redução do volume emergencial de demandas e pela reorganização das formas de acesso da população aos serviços da rede socioassistencial.

A partir de 2024, entretanto, os dados indicam um movimento de estabilização e recomposição gradual da demanda, com 50.404 atendimentos registrados naquele ano e 51.053 atendimentos em 2025. Esse comportamento sugere um processo de reconfiguração da procura pelos serviços socioassistenciais, no qual a demanda deixa de ser predominantemente marcada por situações emergenciais associadas à crise sanitária e passa a refletir, de forma mais estruturada, as condições permanentes de vulnerabilidade social presentes nos territórios. Nesse sentido, os dados revelam que, mesmo após o período mais agudo da pandemia, permanece significativa a busca da população pelos serviços da proteção social básica, especialmente no que se refere ao acesso a orientações socioassistenciais, acompanhamento familiar e concessão de benefícios eventuais.

Composição das demandas socioassistenciais nos CRAS durante o período pandêmico



Fonte: Sistema IRSAS / SMAS Londrina. Elaboração: Gerência de Gestão da Informação – Vigilância Socioassistencial (Imagem ilustrativa produzida com apoio de inteligência artificial)

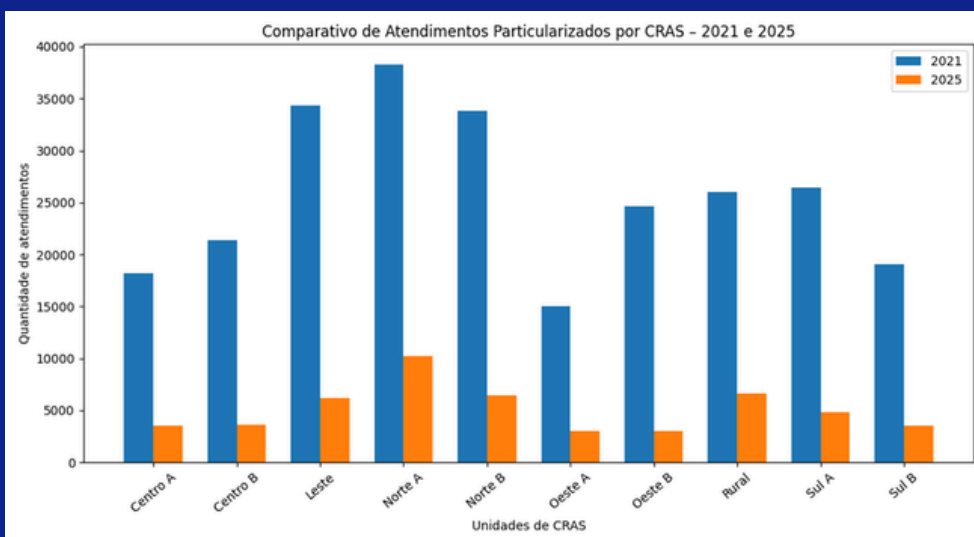
Papel estratégico dos Cras



Tal dinâmica reforça o papel estratégico dos CRAS na organização da rede de proteção social no território, evidenciando sua função como principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social e como espaço privilegiado de mediação entre as famílias e as políticas públicas de proteção social.

Além da análise da evolução temporal da demanda, a observação da distribuição territorial dos atendimentos permite compreender como as vulnerabilidades sociais se manifestam de forma diferenciada nos territórios atendidos pela rede de proteção social básica. A análise por unidade de CRAS constitui importante instrumento da Vigilância Socioassistencial para identificar concentrações territoriais de demanda, apoiar o planejamento das ações socioassistenciais e subsidiar a tomada de decisões relacionadas à organização da oferta de serviços.

Com o objetivo de evidenciar essas diferenças territoriais e possibilitar uma leitura comparativa entre o período de maior pressão sobre os serviços socioassistenciais e o cenário mais recente de estabilização da demanda, apresenta-se a seguir um comparativo do volume de atendimentos particularizados registrados nas unidades de CRAS nos anos de 2021 e 2025.



Fonte: Sistema IRSAS / SMAS Londrina. Elaboração: Gerência de Gestão da Informação – Vigilância Socioassistencial

A análise comparativa evidencia que, embora tenha ocorrido redução no volume total de atendimentos em relação ao período pandêmico, algumas unidades de CRAS continuam concentrando volumes expressivos de demanda. Destacam-se especialmente as unidades localizadas na região Norte do município, em particular os CRAS Norte A e Norte B, que historicamente apresentam os maiores quantitativos de atendimentos particularizados no âmbito do PAIF.

Essa concentração territorial da demanda está associada a fatores estruturais relacionados às condições socioeconômicas da população residente nesses territórios, incluindo maiores índices de vulnerabilidade social, maior densidade populacional e presença significativa de famílias em situação de pobreza ou com acesso restrito a oportunidades de inserção produtiva. De modo semelhante, unidades como o CRAS Leste e o CRAS Rural também apresentam volumes relevantes de atendimentos, o que indica a persistência de demandas socioassistenciais significativas nesses territórios.

A leitura territorial dos dados reforça a importância da Vigilância Socioassistencial na produção de diagnósticos socioterritoriais capazes de orientar o planejamento da política pública, permitindo identificar áreas prioritárias para o fortalecimento da proteção social básica e para a ampliação de estratégias de acompanhamento e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade.

A análise territorial dos atendimentos evidencia também diferenças importantes na distribuição da demanda entre as macrorregiões do município. Ao longo da série histórica analisada, as unidades localizadas na região norte do município concentram parte significativa dos atendimentos particularizados. Em 2021, por exemplo, os CRAS Norte A e Norte B somaram mais de 72 mil atendimentos, evidenciando a intensidade das demandas socioassistenciais nesse território. Em 2025, mesmo com a redução global do volume de atendimentos em relação ao período pandêmico, a região norte permanece como uma das áreas de maior procura pelos serviços, com mais de 16 mil atendimentos somados entre as duas unidades.

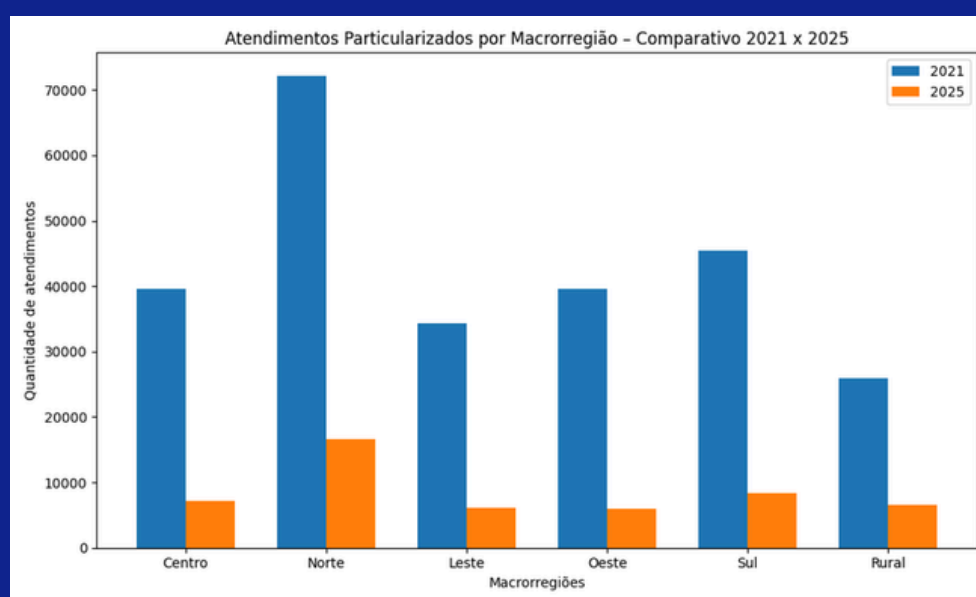
Diferenças Territoriais



A região leste também apresenta quantitativos expressivos ao longo da série histórica, registrando mais de 34 mil atendimentos em 2021 e mantendo patamares relevantes nos anos posteriores. As regiões sul, representadas pelas unidades Sul A e Sul B, igualmente demonstram demanda significativa por atendimentos particularizados, indicando a presença contínua de situações de vulnerabilidade social que demandam acompanhamento socioassistencial.

Nas regiões oeste e rural, embora os números absolutos sejam inferiores aos observados nas regiões norte e leste, os atendimentos também revelam a importância da presença territorial da política de assistência social, especialmente para populações que enfrentam maiores barreiras de acesso a serviços públicos e equipamentos institucionais. A manutenção de unidades de referência nesses territórios contribui para garantir capilaridade da rede socioassistencial e ampliar o acesso da população às ações de proteção social básica.

Para ampliar a compreensão das diferenças territoriais observadas na distribuição dos atendimentos particularizados, apresenta-se a seguir a consolidação dos atendimentos por macrorregião do município, comparando o período de maior demanda registrado durante a pandemia (2021) com o cenário mais recente de reorganização da demanda socioassistencial (2025).

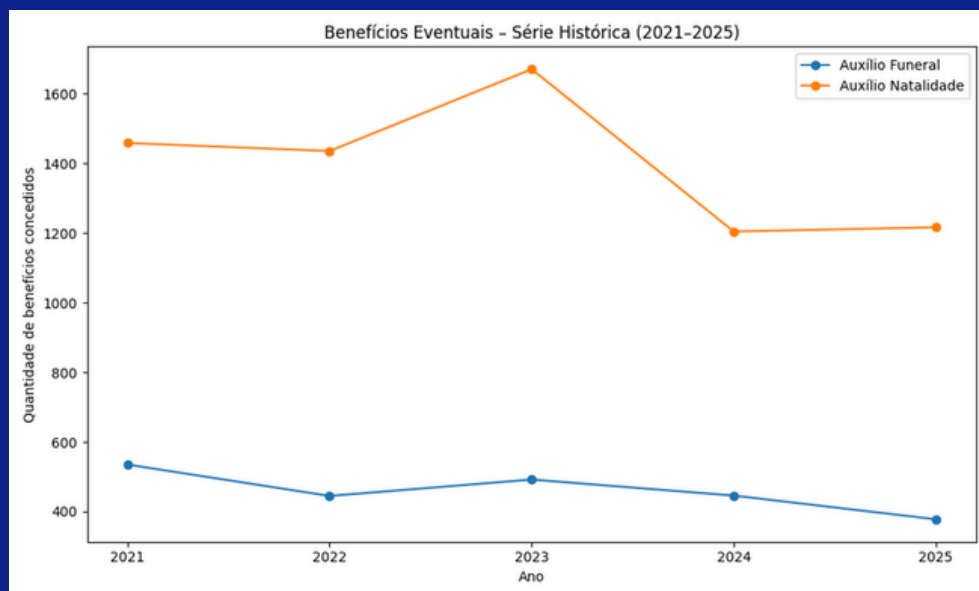


Fonte: Sistema IRSAS / SMAS Londrina. Elaboração: Gerência de Gestão da Informação – Vigilância Socioassistencial.

A visualização territorial dos dados reforça a concentração da demanda socioassistencial nas regiões norte e leste do município, que historicamente apresentam os maiores volumes de atendimentos particularizados no âmbito da proteção social básica. Mesmo após a redução global dos atendimentos observada no período pós-pandêmico, esses territórios permanecem entre os principais pontos de acesso da população aos serviços ofertados pelos CRAS, indicando a persistência de condições estruturais de vulnerabilidade social que demandam acompanhamento contínuo por parte da rede socioassistencial.

A leitura qualitativa dos atendimentos realizados aponta que a maior parte das demandas registradas nos CRAS está relacionada à busca por amparo socioeconômico, especialmente por meio da concessão de benefícios eventuais. Esses benefícios configuram-se como importante instrumento de proteção social diante de situações de vulnerabilidade temporária ou emergencial enfrentadas pelas famílias, sendo frequentemente acionados em momentos de ruptura das condições de subsistência ou de ocorrência de eventos específicos que impactam a dinâmica familiar.

A fim de compreender a dinâmica desses benefícios ao longo do período analisado, apresenta-se a seguir a série histórica das concessões de auxílio funeral e auxílio natalidade no município de Londrina entre os anos de 2021 e 2025.



Fonte: Sistema IRSAS / SMAS Londrina. Elaboração: Gerência de Gestão da Informação – Vigilância Socioassistencial.

A leitura da série histórica permite observar comportamentos distintos entre os dois benefícios analisados. Enquanto o auxílio funeral apresenta tendência de redução gradual após o período mais crítico da pandemia, o auxílio natalidade demonstra maior variação ao longo do período, alcançando seu maior quantitativo em 2023. Essa dinâmica evidencia que, mesmo em um contexto de redução dos impactos sanitários da pandemia, permanecem significativas as demandas relacionadas ao nascimento de crianças em famílias em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, merece destaque a análise comparativa dos benefícios eventuais de auxílio funeral e auxílio natalidade no período de 2021 a 2025. No caso do auxílio funeral, verifica-se que o maior quantitativo foi registrado em 2021, com 535 concessões, período ainda fortemente marcado pelos impactos sanitários e sociais da pandemia de COVID-19. Nos anos subsequentes observa-se uma redução gradual desse indicador, ainda que com pequenas oscilações intermediárias: 445 concessões em 2022, 492 em 2023, 446 em 2024 e 378 em 2025. Esse comportamento sugere que, embora exista variação ao longo do período analisado, não se observa um crescimento expressivo ou sustentado nas concessões desse benefício no período pós-pandêmico.

Por sua vez, o auxílio natalidade apresenta dinâmica distinta. Em 2021 foram registrados 1.458 benefícios concedidos e, em 2022, 1.435. Em 2023 observa-se aumento significativo, alcançando 1.670 concessões, o maior quantitativo da série analisada. Nos anos seguintes há redução desse volume, com 1.204 benefícios em 2024 e 1.216 em 2025, mantendo-se ainda assim em patamar relevante dentro da política de assistência social.

Quando comparados, os dois benefícios evidenciam comportamentos distintos ao longo do período. Enquanto o auxílio funeral não apresentou crescimento significativo após o período mais crítico da pandemia, o auxílio natalidade demonstra maior dinamismo ao longo da série histórica, evidenciando que as demandas relacionadas ao nascimento de crianças em famílias em situação de vulnerabilidade permanecem como componente importante da proteção social ofertada pelo município.

A análise conjunta desses indicadores evidencia o papel central desempenhado pelos CRAS na mediação entre as famílias e os mecanismos de proteção social disponíveis no município. Os dados demonstram que, mesmo após o período mais crítico da pandemia, permanece significativa a busca por serviços e benefícios vinculados à garantia de condições mínimas de subsistência, reafirmando a importância da política de assistência social como componente estruturante da proteção social no território.

PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E GOVERNANÇA

A recente alteração na condução da Secretaria Municipal de Assistência Social marca um novo momento institucional para a política socioassistencial em Londrina. A assunção de um novo gestor à frente da pasta, profissional de Serviço Social com trajetória consolidada na política de assistência social e experiência acumulada na atuação direta com usuários e na gestão pública, representa mais do que uma mudança administrativa: sinaliza a valorização de uma perspectiva técnica e comprometida com os fundamentos do SUAS.

A presença de um gestor com formação específica e atuação histórica na política fortalece o reconhecimento estratégico da assistência social no conjunto da administração municipal. Esse movimento reafirma o SUAS não apenas como política de atendimento às vulnerabilidades, mas como política pública estruturante, dotada de diretrizes próprias, normativas nacionais, funções de vigilância e responsabilidades institucionais que exigem conhecimento técnico e capacidade de articulação intersetorial.

A nova gestão tem enfatizado a importância da cultura de planejamento, do monitoramento contínuo e da produção qualificada de informações como bases para a tomada de decisão. Ao reconhecer a Vigilância Socioassistencial como função estratégica do SUAS, consolida-se uma compreensão de que a política deve ser conduzida a partir de dados consistentes, análises territorializadas e leitura crítica das vulnerabilidades sociais. Esse direcionamento dialoga diretamente com os temas centrais desta edição do boletim: a consolidação do prontuário eletrônico como instrumento de garantia de direitos, a execução do Censo SUAS, a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial 2025 e a participação ativa da Assistência Social na produção do Perfil de Londrina. Nesse contexto, a gestão assume o compromisso de fortalecer a integração entre registro, análise e planejamento. O prontuário eletrônico organiza a informação sobre o acompanhamento das famílias; o Censo SUAS consolida dados sobre a estrutura e a capacidade instalada; o Diagnóstico Socioterritorial interpreta as vulnerabilidades e territorializa as demandas; e o Perfil de Londrina insere a assistência social na leitura intersetorial do município.



Fonte: Acervo Gerência de Gestão da Informação - Fev/2026

A articulação desses instrumentos expressa uma visão estratégica que compreende a informação como elemento central da governança pública.

Ao alinhar gestão técnica, produção de conhecimento e responsabilidade institucional, a nova condução da pasta reafirma o SUAS como política pública de Estado, orientada por evidências, comprometida com a ética profissional e fundamentada na garantia de direitos. Mais do que reorganizar processos administrativos, esse momento institucional consolida uma diretriz: fortalecer a assistência social como política estratégica para o desenvolvimento social do território.



Fonte: Acervo Gerência de Gestão da Informação - Mesa Diretora CMAS Gestão 2025/2027

Identidade e Fortalecimento da Vigilância Socioassistencial

A consolidação de uma cultura institucional orientada pela produção qualificada de informações constitui um dos pilares para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social. No âmbito do SUAS, a Vigilância Socioassistencial é reconhecida como função estratégica responsável por produzir, sistematizar e analisar informações sobre vulnerabilidades, riscos sociais e capacidade de resposta da rede socioassistencial, subsidiando o planejamento, a gestão e a tomada de decisão.

Conforme estabelecido pela Política Nacional de Assistência Social e reafirmado pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS/2012), a Vigilância Socioassistencial integra o conjunto de funções essenciais da política de assistência social, contribuindo para a construção de diagnósticos territoriais, o monitoramento das ofertas e a qualificação da gestão pública. Nesse sentido, o fortalecimento dessa função no âmbito municipal representa avanço institucional relevante para a consolidação do SUAS como política pública orientada por evidências e comprometida com a garantia de direitos.

É nesse contexto que a atual gestão da área promove um processo de fortalecimento e reorganização institucional,

marcado pela transição da Gerência de Gestão da Informação para a Gerência de Vigilância Socioassistencial do Município de Londrina. A mudança expressa não apenas uma adequação nomenclatural, mas o reconhecimento da centralidade estratégica da Vigilância Socioassistencial na produção de conhecimento sobre o território e na qualificação das decisões públicas no âmbito da assistência social.

Como parte desse movimento institucional, foi desenvolvida a logomarca da Vigilância Socioassistencial, concebida pela atual gestão da gerência. A identidade visual simboliza um novo momento de desenvolvimento do setor, reafirmando o compromisso com a sistematização de dados, a análise territorial e a produção de informações qualificadas para subsidiar a gestão do SUAS no município. Mais do que um elemento gráfico, a logomarca representa o reconhecimento da Vigilância Socioassistencial como área estratégica para a política pública, consolidando sua identidade institucional e fortalecendo a cultura de gestão baseada em evidências.

A produção de diagnósticos, o registro qualificado das informações, a integração de bases de dados e a análise permanente das vulnerabilidades sociais constituem instrumentos fundamentais para orientar políticas públicas capazes de responder às demandas da população e promover a proteção social no território.

Prefeitura Municipal de Londrina
Secretaria Municipal de Assistência Social
Cláudio Márcio de Melo

Elaboração - GGI Vigilância Socioassistencial
Patricia Soares Alves da Silva - Assistente Social

Apoio Administrativo e Operacional
Edson Antônio de Andrade - Assessor Tec. Informação
Lorraine Moraes Ferreira Lucinger - Téc. Gestão Pública

